



Prefeitura Municipal de Guarujá

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

AV. Santos Dumont, 640 – Santo Antônio – Guarujá/SP

CEP 11432-502 – Tel. (13) 3308-7775

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2022 SEDUC

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PARCERIA ATRAVÉS DE TERMO DE COLABORAÇÃO, EM CONFORMIDADE COM A LEI FEDERAL 13.019/2014 E DECRETO MUNICIPAL Nº. 11.947/2016.

O Município de Guarujá/SP, por meio da Secretaria de Educação, torna público, para conhecimento dos interessados, que se acha aberto neste Município, o CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2022 SEDUC, de acordo com o que determina a Lei nº 13.019/2014, na presença da Comissão de Seleção designada pela Portaria Seduc nº 32/2022 e as cláusulas e condições deste Edital, para firmar TERMO DE COLABORAÇÃO, com Organizações da Sociedade Civil:

JUSTIFICATIVA

A demanda reprimida existente no município, para Atendimento Educacional Especializado, supera 500 pessoas. O atendimento aqui previsto deverá proporcionar a educação de acordo com os interesses e as potencialidades de cada assistido, bem como a aquisição de autonomia e independência nas diferentes dimensões e habilidades de sua vida, além de visar a diminuição das diversas barreiras existentes para a inclusão dos envolvidos no projeto. Trata-se de atendimento essencial, que não pode ser esquecido pelo Poder Público. Importante ressaltar que um pouco mais da metade da demanda apontada é atendida pelas parcerias hoje existentes e a manutenção e sua ampliação é fundamental para assegurar o mínimo dos direitos constitucionais das pessoas a serem atendidas com a parceria objeto deste chamamento público.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto deste Chamamento Público é a seleção de Plano de Trabalho a ser executado por Organização da Sociedade Civil (OSC), para ofertar Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementar e suplementar de pessoas com deficiência, disponibilizando atendimentos, serviços e estratégias que diminuam ou eliminem barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem, de acordo com o estabelecido no item “3”.

1.2. A seleção constará de uma única fase para a habilitação jurídica, fiscal, de qualificação econômico-financeira e qualificação técnica da Organização da Sociedade Civil.

1.3. Cronograma. Os prazos do presente edital deverão seguir o cronograma a seguir:

ETAPA	DATAS
Publicação de Edital de Chamamento Público	Até 26/11/2022
Envio das propostas pela OSC	Até 23/12/2022
Início da Fase de seleção das propostas apresentadas pela OSC	De 26/12/2022 à 30/12/2022
Divulgação do resultado preliminar pela Comissão de Seleção	03/01/2023
Interposição de recursos contra o resultado preliminar	De 03 à 06/01/2023
Divulgação do mérito dos recursos interpostos, da Homologação e do resultado definitivo da fase de seleção pela Administração Pública Municipal	Até 11/01/2023
Fase de Celebração do Termo de Colaboração	De 12 à 13/01/2023
Início da execução das parcerias	16/01/2023

2. TIPO DE PARCERIA

2.1. Considerando o Processo Administrativo nº 36223/3418/2022, esta parceria será realizada por meio de TERMO DE COLABORAÇÃO, na forma do art. 16 da Lei 13.019/2014.

3. MEMORIAL DESCRITIVO SIMPLIFICADO DO OBJETO

- 3.1. A Secretaria Municipal de Educação estabelecerá um padrão de parceria, para ação conjunta com as OSC devidamente habilitada, com vista à execução do objeto.
- 3.2. Deverão ser contempladas no plano de trabalho, no mínimo, as seguintes metas e objetivos:
 - 3.2.1. Proporcionar a educação de acordo com os interesses e as potencialidades de cada assistido, bem como a aquisição de autonomia e independência nas diferentes dimensões e habilidades de sua vida;
 - 3.2.2. Diminuir as diferentes barreiras existentes para a inclusão dos envolvidos no projeto;
 - 3.2.3. Assegurar a qualidade na educação, fornecendo orientação para a equipe escolar, assistido e família;
 - 3.2.4. Utilizar metodologia especializada e funcional;
 - 3.2.5. Privilegiar o desenvolvimento e a superação de seus limites intelectuais e físicos;
 - 3.2.6. Disponibilizar atendimento multidisciplinar, nas áreas de Pedagogia Especializada em Deficiência Intelectual/Psicopedagogia, Psicologia, Terapia Ocupacional e Fonoaudiologia.
- 3.3. O público alvo deve estar inserido em pelo menos um dos itens a seguir:
 - 3.3.1. Pessoas com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza intelectual, mental ou sensorial,
 - 3.3.2. Alunos com Transtorno do Espectro Autista (segundo o DSM V, os Transtornos Globais do Desenvolvimento que incluíam o Autismo, Transtorno Desintegrativo da Infância (psicoses), atrasos do desenvolvimento Neuropsicomotor, Transtornos Globais sem especificação e as Síndromes de Rett e Asperger, foram absorvidos pela nomenclatura “Transtorno do Espectro Autista”).
 - 3.3.3. Alunos de inclusão da rede pública de ensino, com diagnóstico ou uma hipótese diagnóstica de algum dos itens elencados acima.
- 3.4. O serviço deverá ser ofertado no Município de Guarujá em local adequado, com boas condições de uso, higiene e acolhimento, de segunda a sexta feira, com duração de no mínimo 8 (oito) horas diárias, atendendo, no mínimo, 500 (Quinhentos) assistidos, sendo, no mínimo 1 (um) atendimento por semana para cada assistido.
- 3.5. As vagas a serem disponibilizadas aos assistidos, bem como a dispensa ou encaminhamento, deverão ter prévia autorização da Secretaria de Educação.
- 3.6. O Termo de Colaboração a ser firmado estabelecerá obrigações recíprocas para a execução do atendimento de acordo com a legislação vigente.
- 3.7. A Organização da Sociedade Civil, a partir da assinatura do termo de colaboração, deverá oferecer igualdade de condições para o atendimento e manter sua gratuidade a todos os seus assistidos, vedada a exigência de qualquer tipo de taxa, custeio de material didático ou qualquer outra cobrança.
- 3.8. A OSC poderá atribuir valor de contrapartida no Plano de Trabalho, se responsabilizando pela sua execução.
- 3.9. Além de disponibilizar o recurso financeiro, cabe à Administração Municipal acompanhar, assessorar e supervisionar as ações pedagógicas desenvolvidas.
 - 3.9.1. O acompanhamento, assessoria e supervisão das ações pedagógicas serão realizados pela Secretaria Municipal de Educação, que entre outras ações é responsável por:
 - 3.9.1.1. Orientações gerais às OSC's;
 - 3.9.1.2. Verificação da documentação pertinente;
 - 3.9.1.3. Visitas e constatação *in loco* da execução dos serviços em relação à regularidade de funcionamento e qualidade do atendimento, ocasiões em que serão emitidos relatórios circunstanciados do observado;
 - 3.9.1.4. Os relatórios de visita deverão contemplar as observações e os registros, e assegurar de forma cumulativa no decorrer do ano, no mínimo, os seguintes aspectos:
 - a) Pedagógicos, previstos no Projeto Pedagógico;
 - b) Técnico administrativos, contidos no plano de trabalho;



Prefeitura Municipal de Guarujá

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

AV. Santos Dumont, 640 – Santo Antônio – Guarujá/SP

CEP 11432-502 – Tel. (13) 3308-7775

c) Físicos e materiais, de acordo com as orientações estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.

3.9.1.5. Acompanhar o processo de avaliação dos serviços conveniados, no que se refere a documentação e cumprimento das cláusulas pactuadas, considerando o previsto no Plano de Trabalho;

3.9.1.6. Orientar, acompanhar e avaliar a execução das propostas pedagógicas da OSC em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e considerando o previsto do Plano de Trabalho;

3.9.1.7. Assessorar as equipes gestoras na interpretação e cumprimento da legislação vigente;

3.9.1.8. Elaborar, expedir e registrar Termos de Visita referentes às condições de funcionamento pedagógico, físico, material, bem como as demandas da OSC, sugerindo medidas para superação das fragilidades, quando houver;

3.9.1.9. Orientar as equipes gestoras na organização de ações que promovam o envolvimento da comunidade.

3.10. Ao responder ao presente chamamento público, pleiteando a habilitação para a celebração do Termo de Colaboração, cada OSC interessada estará aderindo às condições estabelecidas pela Secretaria de Educação na instrumentalização do Termo de Colaboração, demonstrando aceitá-las integralmente.

3.11. O Termo de Colaboração será firmado pelo prazo de 12 (doze) meses a contar de janeiro de 2018, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses, a critério da Administração Pública.

3.12. Não haverá fornecimento de mão de obra de nenhuma espécie por parte da Administração Pública.

4. DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Este Chamamento Público observará a dotação orçamentária prevista na função programática nº 12.01.00.12.367.1002.2088.3.3.50.43.00, No valor total de R\$ 1.500.000,00 (Hum Milhão e Quinhentos Mil Reais), que poderá ser suplementado, se necessário, para o exercício de 2023.

5. DA INSCRIÇÃO E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

5.1. Poderão participar deste Edital as organizações da sociedade civil, assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”, da Lei nº 13.019/2014:

5.1.1. Entidade privada sem fins lucrativos (associação ou fundação) que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva.

5.1.2. Sociedades cooperativas previstas na Lei nº 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social.

5.1.3. Organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos.

5.1.4. Não é permitida a atuação em rede.

5.2. A apresentação das propostas deverá obedecer o período descrito no cronograma (item 1.5) e o horário das 10h00 às 16h00.

5.2.1. Os interessados em participar do presente Chamamento Público deverão entregar suas propostas com a documentação especificada no item 5.3 deste Edital, em envelope fechado e identificado, conforme modelo abaixo, via postal (Sedex ou carta registrada com aviso de recebimento) ou pessoalmente, no Setor de Expediente da Secretaria de Educação, localizado na Av. Santos Dumont, 640 – Santo Antônio – Guarujá/SP.

Proposta – Edital de Chamamento Público nº 03/2022 – SEDUC

Nome da OSC:

CNPJ:

Endereço completo:

Telefone:

Email:

5.2.2. Também deve fazer parte do envelope uma cópia em versão digital (pen drive) da proposta e documentos especificados no item 5.3 deste Edital.

5.3. Deverão ser apresentados os seguintes documentos, seguindo-se a ordem abaixo:

5.3.1. Proposta Técnica de caráter técnico e financeiro, dirigida ao Secretário de Educação, conforme **ANEXO 8**, especificando o endereço completo, a descrição completa e constar planta baixa do imóvel;

5.3.2. Estatuto social e eventuais alterações ou documento equivalente, devidamente registrado, comprovando que a entidade:

- É de natureza filantrópica e sem fins lucrativos;
- Tem por finalidade o atendimento na área da educação;
- Aplica sua renda no território nacional e não distribui lucros;
- Não remunera a sua diretoria;
- Atende os requisitos do Art. 33 da Lei 13.019/2014;

5.3.3. Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada em cartório;

5.3.4. Comprovação de experiência prévia de 01 (um) ano na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante ao objeto da parceria, podendo ser utilizados, por exemplo, para tal comprovação, sem prejuízo de outros:

5.3.4.1. Instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;

5.3.4.2. Relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

5.3.4.3. Publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela OSC ou a respeito dela;

5.3.4.4. Currículos profissionais de integrantes da OSC, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;

5.3.4.5. Declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas.

5.3.5. Relação nominal atualizada dos dirigentes da Organização da Sociedade Civil, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de CPF, endereço residencial, telefone e e-mail de cada um deles;

5.3.6. Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, quando o caso;

5.3.7. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral Ativa no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);



Prefeitura Municipal de Guarujá

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

AV. Santos Dumont, 640 – Santo Antônio – Guarujá/SP

CEP 11432-502 – Tel. (13) 3308-7775

5.3.8. Cópia da Cédula de Identidade (RG) e Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF) do representante legal da OSC;

5.3.9. Certidão de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa – Certidão negativa conjunta da Receita Federal, Certidão negativa de tributos estaduais, Certidão negativa de tributos municipais, Certidão negativa do FGTS, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

5.3.10. Certificado de Registro de Organização da Sociedade Civil de fins filantrópicos e registro no Conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal da Criança e Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social; Item não obrigatório.

5.3.11. Declaração de abertura de conta bancária específica para a parceria - **ANEXO 4**;

5.3.12. Declaração de não ocorrência de impedimentos – **ANEXO 3**;

5.3.13. Declaração de ciência e concordância da Organização da Sociedade Civil com as disposições previstas no presente edital e seus anexos, bem como se compromete a atender a Lei Federal nº 12.527/2011 e se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados – **ANEXO 1**;

5.3.14. Declaração de que não haverá remuneração a qualquer título, pela OSC, com os recursos repassados, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias, de acordo com o disposto no artigo 45, II, da Lei 13.019/14 - **ANEXO 2**;

5.3.15. Declaração de que reúne condições de apresentar prova de propriedade ou posse legítima do imóvel onde serão desenvolvidos os serviços – **ANEXO 6**;

5.4. A OSC deverá demonstrar condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC - Anexo 5. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria (art. 33, caput, inciso V, alínea “c” e §5º, da Lei nº 13.019, de 2014, e art. 26, caput, inciso X e §1º - **ANEXO 5**);

5.5. Os proponentes são responsáveis pela veracidade das informações prestadas, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento e no envio de documentos, isentando a Prefeitura do Município de Guarujá de qualquer responsabilidade civil ou penal – Apresentar declaração – **ANEXO 7**;

5.6. A apresentação do Plano de Trabalho (**ANEXO 9**) implicará, ao seu autor, o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

5.7. A Prefeitura do Município de Guarujá não se responsabilizará por propostas que deixarem de ser concretizadas por fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, tampouco por falhas decorrentes do equipamento do candidato.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Após o exame da documentação relacionada no item “5”, deverá a Comissão de Seleção apresentar sua decisão sobre a habilitação da participante.

6.2. Será inabilitada a Organização da Sociedade Civil cuja documentação não satisfizer às exigências deste Chamamento Público.

7. DAS PUBLICAÇÕES E INTIMAÇÕES

7.1. A publicação do Edital será feita no sítio eletrônico da Prefeitura de Guarujá: www.guaruja.sp.gov.br e no Diário Oficial do Município.

7.2. Todas as publicações e intimações, inclusive para fins de recurso, serão feitas no Diário Oficial do Município.

8. AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS PELA COMISSÃO DE SELEÇÃO E RECURSOS.

8.1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes. A análise e o julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

8.2. A Comissão de Seleção terá o prazo estabelecido no cronograma do item 1.5 para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

8.3. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento a seguir descritos:

8.3.1. Viabilidade dos objetivos propostos (Peso 1): Se os objetivos apresentados são viáveis e exequíveis.

- a) Grau pleno de atendimento: 3,0 pontos;
- b) Grau satisfatório de atendimento: 1,0 ponto;
- c) Grau insatisfatório de atendimento ou não atendimento: 0 ponto.

8.3.2. Consonância com objetivos propostos (Peso 1). Se os objetivos estão de acordo com a legislação correspondente ao objeto previsto neste edital.

- a) Grau pleno de atendimento: 3,0 pontos;
- b) Grau satisfatório de atendimento: 1,0 ponto;
- c) Grau insatisfatório de atendimento ou não atendimento: 0 ponto.

8.3.3. Estratégia prevista para a execução das ações (Peso 1). Se as ações programadas na proposta possuem uma estratégia de realização exequível.

- a) Grau pleno de atendimento: 3,0 pontos;
- b) Grau satisfatório de atendimento: 1,0 ponto;
- c) Grau insatisfatório de atendimento ou não atendimento: 0 ponto.

8.3.4. Capacidade Estrutural instalada (Peso 2). Se o local de atendimento já possui capacidade de início imediato no atendimento aos munícipes.

- a) Grau Pleno de atendimento: 3,0 pontos;
- b) Grau satisfatório de atendimento: 1,0 ponto;
- c) Grau insatisfatório de atendimento: 0 ponto.

8.3.5. Capacidade técnica e operativa (Peso 5). Se a proposta traz conhecimento sobre a realidade do público alvo e se demonstra experiência e capacidade técnica e operativa com o serviço proposto.

- a) Grau pleno de atendimento: 3,0 pontos;
- b) Grau satisfatório de atendimento: 1,0 ponto;
- c) Grau insatisfatório de atendimento ou não atendimento: 0 ponto.

8.3.6. Viabilidade dos indicadores apresentados para aferição do cumprimento de metas (Peso 2). Se os indicadores apresentados podem efetivamente aferir as metas propostas.

- a) Grau pleno de atendimento: 3,0 pontos;
- b) Grau satisfatório de atendimento: 1,0 ponto;
- c) Grau insatisfatório de atendimento ou não atendimento: 0 ponto.

8.3.7. Coerência das metas indicadas (Peso 2). Se as metas propostas a serem alcançadas estão de acordo com o objeto e objetivos e se estão claras quanto a sua efetividade.

- a) Grau pleno de atendimento: 3,0 pontos;
- b) Grau satisfatório de atendimento: 1,0 ponto;
- c) Grau insatisfatório de atendimento ou não atendimento: 0 ponto.



Prefeitura Municipal de Guarujá

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

AV. Santos Dumont, 640 – Santo Antônio – Guarujá/SP

CEP 11432-502 – Tel. (13) 3308-7775

8.3.8. Descrição das ações e o nexos com o projeto proposto (Peso 3). Se as ações descritas a serem realizadas possuem nexos com o objeto e objetivos, permitindo sua execução nas formas determinantes de eventos dessa categoria.

- a) Grau pleno de atendimento: 3,0 pontos;
- b) Grau satisfatório de atendimento: 1,0 ponto;
- c) Grau insatisfatório de atendimento ou não atendimento: 0 ponto.

8.4. Serão eliminadas aquelas propostas:

8.4.1. Que tenha obtido 0 (zero) ponto em qualquer dos itens classificatórios;

8.4.2. Que estejam em desacordo com o Edital;

8.5. As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida.

8.6. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento 8.3.5. Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento 8.3.4. Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida por sorteio.

8.7. Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público, levando-se em conta a pontuação total obtida e a proporção entre as metas e os resultados previstos em relação ao valor proposto (art. 27, § 5º, da Lei nº 13.019, de 2014).

8.8. Será publicada no Diário Oficial do Município, o resultado preliminar da seleção das propostas, com a respectiva classificação.

8.9. Caberá recurso no prazo estabelecido no cronograma do item 1.5.

8.10. O recurso deverá ser protocolizado no setor de Expediente da Secretaria de Educação, dirigido à Comissão de Seleção, no horário das 10h00 às 16h00, não sendo apreciado recurso intempestivo.

8.11. O recurso será julgado pela Comissão de Seleção de Chamamento Público, no prazo estabelecido no cronograma do item 1.5, e o resultado será publicado em Diário Oficial da Prefeitura.

8.12. Não caberá novo recurso contra a decisão mencionada no item 8.11.

8.13. A falsidade de informações nas propostas acarretará a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

9. DO PLANO DE TRABALHO

9.1. Para de celebração do termo de colaboração a OSC apresentará, juntamente com a proposta, o plano de trabalho que deverá conter o máximo possível dos itens constantes no **Anexo 9**, devendo este ser obrigatoriamente utilizado como modelo.

9.2. Os serviços e atividades deverão ser prestados através dos profissionais contratados pela entidade selecionada, com a habilitação de cada profissional na área de atuação/credenciamento, devendo estar de acordo com a tipificação dos serviços a serem realizados.

9.3. A administração pública examinará o plano de trabalho apresentado pela OSC selecionada ou, se for o caso, pela OSC imediatamente mais bem classificada que tenha sido convocada.

9.4. Somente será aprovado o plano de trabalho que estiver de acordo com as informações já apresentadas na proposta apresentada pela OSC, observados os termos e as condições constantes neste Edital e em seus anexos. Para tanto, a administração pública municipal poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho.

9.5. Nos termos do §1º do art. 28 da Lei nº 13.019, de 2014, na hipótese de a OSC selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de celebração, incluindo os exigidos nos arts. 33 e 34 da referida Lei, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada

10. HOMOLOGAÇÃO E RESULTADO FINAL

10.1. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recursos, a municipalidade homologará e divulgará, no Diário Oficial de Município, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

10.2. A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria.

11. DA CELEBRAÇÃO

11.1. A parceria será celebrada mediante juízo de oportunidade e conveniência da Secretaria de Educação, utilizando-se de critério de análise das demandas existentes por região e/ou bairros, não sendo a classificação da OSC o único critério a ser utilizado.

11.2. A fase de celebração observará as seguintes etapas, até a assinatura do instrumento de parceria.

11.2.1. Verificação do cumprimento, pela OSC, dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorra nos impedimentos (vedações legais).

11.2.2. Realização de ajustes no plano de trabalho e regularização de documentos, se necessário.

11.2.3. Parecer conclusivo da Secretaria de Educação, pronunciando-se expressamente acerca dos seguintes itens:

- a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
- b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista neste Edital;
- c) da viabilidade de sua execução;
- d) da verificação do cronograma de desembolso;
- e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;
- f) da designação do gestor da parceria;
- g) da designação da comissão de monitoramento e avaliação da parceria.

11.2.4. Assinatura do termo de colaboração.

11.2.5. Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial do Município.

11.3. O parecer técnico poderá concluir pela necessidade de correção/complementação de documentos ou informações que sejam consideradas faltantes/deficientes, determinando a sua ocorrência no prazo de 02 (dois) dias, bem como concluir pela impossibilidade de celebração da parceria, em decisão fundamentada.

11.4. A decisão a que se refere o item anterior deverá ser divulgada, podendo ser apresentado recurso, no prazo de 02 (dois) dias, cuja decisão final será proferida pela autoridade máxima.

11.5. Para a celebração do termo de colaboração a organização da sociedade civil deverá, ainda:

- a) manter atualizados, até a celebração, bem como durante toda a vigência da parceria, as comprovações e os documentos previstos neste edital e nas normas aplicáveis;
- b) estar em dia com a prestação de contas de recursos públicos recebidos anteriormente;
- c) não constar em cadastro municipal, estadual e federal de apenas e/ou inadimplentes.

11.6. Os termos de colaboração celebrados serão formalizados observando as cláusulas essenciais no art. 42 da Lei Federal nº 13.019/2014 e na forma da minuta do termo de colaboração (**ANEXO 10**).

11.7. As Organizações da Sociedade Civil vencedoras do processo de seleção assinarão o Termo de Colaboração com a Prefeitura Municipal de Guarujá, no prazo de até 05 (cinco) dias de sua convocação.

11.8. A Organização da Sociedade Civil convocada que deixar de comparecer para assinatura do Termo de colaboração perderá o direito à parceria, sem prejuízo das sanções previstas na legislação que rege este processo de seleção.



Prefeitura Municipal de Guarujá

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

AV. Santos Dumont, 640 – Santo Antônio – Guarujá/SP

CEP 11432-502 – Tel. (13) 3308-7775

11.9. Na ocorrência do estabelecido no item anterior poderá a Prefeitura Municipal de Guarujá, convocar as Organizações da Sociedade Civil remanescentes, participantes do processo de seleção, na ordem de classificação ou revogar o processo de seleção.

12. DA FISCALIZAÇÃO

A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL indicará no Termo de Colaboração o GESTOR DA PARCERIA, que deverá acompanhar e fiscalizar o projeto apresentado, sem prejuízo do acompanhamento da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do Controle Interno e dos demais órgãos de fiscalização.

13. DA INEXECUÇÃO

13.1 A inexecução total ou parcial do Termo de Colaboração ou o descumprimento de qualquer dispositivo do Edital poderá ensejar a rescisão da parceria, com as consequências previstas na Lei Federal nº 13.019/2014.

13.2 A rescisão poderá ocorrer mediante acordo das partes, nos moldes da Legislação vigente.

14. DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

14.1 Os recursos financeiros, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados em conta específica da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, vinculada ao objeto, e aplicados no mercado financeiro ou em caderneta de poupança, até sua utilização.

14.2 No final da parceria, caso haja saldo remanescente, este deverá ser devolvido à Administração Municipal.

14.3 Os pagamentos deverão ser realizados na forma prescrita na legislação acerca do tema.

15. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

15.1. A prestação de contas se dará de acordo com as normas da Secretaria de Educação, Controladoria Geral do Município e Tribunal de Contas/SP, sendo requisito para a liberação das parcelas de desembolso.

15.2. A prestação de contas deverá estar em conformidade com o disposto no Art. 21 do Decreto Municipal nº 11.947/2016, devendo ser enviada à Secretaria de Educação, da seguinte forma:

15.2.1. Parcial: até 30 (trinta) dias após o recebimento da parcela dos recursos repassados no mês anterior;

15.2.2. Anual: até 31 de janeiro do exercício subsequente, dos recursos repassados durante o exercício anterior, nos moldes das instruções específicas do Tribunal de Contas de SP.

15.3. Deverão ser observadas as normas estabelecidas pela Controladoria Geral do Município e Secretaria de Educação.

16. DAS PROIBIÇÕES

16.1. Ficará impedida de celebrar o termo de colaboração a OSC que:

16.1.1 Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional (art. 39, caput, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014);

16.1.2. Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada (art. 39, caput, inciso II, da Lei nº 13.019, de 2014);

16.1.3. Tenha em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas (art. 39, caput, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 13.019, de 2014);

16.1.4 Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo (art. 39, caput, inciso IV, da Lei nº 13.019, de 2014);

16.1.5. Tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, ou com a sanção prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014 (art. 39, caput, inciso V, da Lei nº 13.019, de 2014);

16.1.6. Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal de Contas, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos (art. 39, caput, inciso VI, da Lei nº 13.019, de 2014);

16.1.7. Tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal de Contas, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (art. 39, caput, inciso VII, da Lei nº 13.019, de 2014).

16.2. Fica ainda proibido à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

16.2.1 A redistribuição dos recursos recebidos a outras Organizações da Sociedade Civil, congêneres ou não;

16.2.2. Deixar de aplicar nas atividades-fim, ao menos 80% de sua receita total;

16.2.3. Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, ESTADUAL OU FEDERAL;

16.2.4. Realizar despesas e pagamentos fora da vigência do Termo de Colaboração;

16.2.5. Utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração;

16.2.6. Utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto do Termo de Colaboração;

16.2.7. Executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;

16.2.8. Transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;

16.2.9. Retirar recursos da conta específica para outras finalidades, com ou sem posterior ressarcimento;

16.2.10. Deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida pactuada no Plano de Trabalho;

16.2.11. Realizar despesas com:

16.2.11.1. Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias;

16.2.11.2. Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;

16.2.11.3. Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13019/2014;

16.2.11.4. Obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;

16.2.11.5. Adquirir bens permanentes com os recursos municipais, salvo a aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e a contratação de serviços para adequação de espaço físico, desde que necessário à instalação de referidos equipamentos e materiais, mediante autorização prévia da Secretaria de Educação;

16.2.11.6. Pagamento de despesas e tarifas bancárias de quaisquer espécie.



Prefeitura Municipal de Guarujá

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

AV. Santos Dumont, 640 – Santo Antônio – Guarujá/SP

CEP 11432-502 – Tel. (13) 3308-7775

17. DAS PENALIDADES

17.1 A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL poderá aplicar as seguintes penalidades na ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL pelo não cumprimento do instrumento:

- a) advertência;
- b) suspensão dos repasses;
- c) multa;
- d) declaração de idoneidade e proibição de recebimento de recursos públicos.

17.2 Todas as penalidades mencionadas deverão estar devidamente fundamentadas e concedido direito de ampla defesa e contraditório, bem como comunicada ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

18. DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

18.1 O Termo de Colaboração poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer tempo, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência, desde que cumprido o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias para publicidade dessa intenção.

18.2 Constitui motivo para rescisão do Termo de Colaboração o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

19 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS e DOS RECURSOS

19.1. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, até 10 (dez) dias antes da data limite para envio das propostas, por petição dirigida ou protocolada no endereço informado no subitem 5.2.1 deste Edital. A resposta às impugnações caberá à Secretaria Municipal de Educação

19.1.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados até 10 (dez) dias antes da data limite para envio da proposta, exclusivamente de forma eletrônica, pelo e-mail: fernando.monte@guaruja.sp.gov.br. Os esclarecimentos serão prestados pela Comissão de Seleção.

19.1.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público.

19.1.3. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

19.2. A Secretaria Municipal de Educação resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

19.3. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

19.4. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014.



Prefeitura Municipal de Guarujá
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
SEDUC FIN – Diretoria de Gestão Financeira em Educação

19.5. A administração pública não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.

19.6. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

19.7. O Resultado homologado será válido por 24 (vinte e quatro) meses.

19.8. Em caso de desistência da organização da sociedade civil em celebrar o Termo de Colaboração, objeto do presente Edital, em qualquer uma de suas fases, poderá fazê-lo mediante ofício endereçado à Secretaria de Educação.

19.9. Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e o pessoal que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes do Instrumento.

19.10. O Termo de Colaboração poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, exclusive com reajuste dos valores repassados, se devidamente justificado e observada a conveniência do interesse público.

19.11. Deverão ser rigorosamente observadas as regras contidas neste Edital, bem como no Termo de Colaboração a ser firmado, durante toda a execução dos serviços.

19.12. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

ANEXO 1 – Declaração de ciência e concordância;

ANEXO 2 - Declaração de que os dirigentes da Organização da Sociedade Civil não são agentes políticos, e não possui parentesco até 2º grau, inclusive por afinidade, com agentes políticos de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública da mesma esfera governamental ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade; e relação atualizada dos dirigentes da OSC;

ANEXO 3 - Declaração da não ocorrência de impedimentos para celebrar qualquer modalidade de parceria com órgãos públicos;

ANEXO 4 - Declaração de abertura de conta bancária específica para cada parceria;

ANEXO 5 - Declaração sobre instalações e condições materiais;

ANEXO 6 - Declaração de prova de propriedade ou posse legítima de imóvel;

ANEXO 7 - Declaração de veracidade e não contratação;

ANEXO 8 – Modelo de Proposta Técnica;

ANEXO 9 – Modelo de PLANO DE TRABALHO;

ANEXO 10 – Minuta de Termo de Colaboração.

ANEXO 11 – Módulo de RH